

VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



25 A 28 DE JUNHO DE 2008

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas.

PIMENTEL, Elaine

Mestra em Sociologia

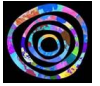
Universidade Federal de Alagoas (Brasil)

elainepimentelcosta@yahoo.com.br

Resumo

Tomando por base a teoria das representações sociais, que aponta a forte ligação existente entre representações e práticas sociais, entendemos que a forma como as mulheres compreendem os seus papéis nas relações de afeto pode ser determinante para práticas ilícitas relacionadas às drogas, principalmente porque elas não se reconhecem como criminosas quando se tornam traficantes em nome do amor que sentem por seus companheiros e pela família.

Palavras-chave: criminalidade, tráfico de drogas, amor, identidade.





Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas

1. Introdução

Os debates contemporâneos que envolvem problemáticas de gênero tendem a acompanhar a trajetória feminina ao longo da história da humanidade, contemplando novos desafios pelos quais passam as mulheres em todo o mundo, mas sem perder de vista que muitas das características que hodiernamente compõem o contexto da questão feminina encontram respaldo na reprodução de certos valores e representações sociais que se perpetuam no tempo.

É certo que nas últimas três décadas do século XX a nova divisão sexual do trabalho, as descobertas da biotecnologia e as novas expressões das relações sociais situam a mulher em espaços cada vez mais amplos, rompendo, de certa forma, com a milenar dicotomia entre o masculino e o feminino nos mais diversos campos de atuação dos atores sociais. No entanto, a dimensão afetiva do que culturalmente se constituiu como *universo feminino*, no Ocidente, ainda guarda fortes referenciais valorativos que influenciam na construção das identidades femininas e nas formas como são desempenhados os papéis das mulheres nas relações de afeto. Para Gilles Lipovetsky, isso ocorre porque *“no estado social contemporâneo, os dispositivos de socialização dos dois sexos se aproximaram, mas, mesmo mínimas, as distâncias iniciais continuam a produzir fortes divergências de comportamento, de orientação e de percurso”* (Lipovetsky, 2000: 14-15).

Neste texto abordamos a forma como se constrói aquilo que Lipovetsky (2000) denomina “cultura amorosa” no universo feminino, no intuito de demonstrar como as representações sociais sobre a afetividade, culturalmente estabelecidas, podem contribuir para o envolvimento da mulher em práticas ilícitas ligadas às drogas. Não nos propomos a analisar o afeto em sua perspectiva psicológica, mas sim tomá-lo como um elemento cultural formador de representações sociais e que, nessa qualidade, contribui para o estabelecimento de um culto feminino ao amor, de modo a impulsionar práticas sociais, inclusive ilícitas¹.

A partir da *teoria das representações sociais* de tradição francesa (Moscovici, 2003), que aponta para a forte ligação existente entre representações e práticas sociais, entendemos que a forma como as mulheres compreendem os seus papéis nas relações afetivas as leva a não se reconhecerem como criminosas quando se tornam traficantes em nome do amor que sentem por seus companheiros e pela família. Assim, ao tratarmos do afeto feminino, neste texto, estamos lidando com suas mais amplas expressões, ou seja, o amor entre mães e filhos, entre irmãos, e, principalmente, o amor *eros*, na sua dimensão mulher/homem.

2. A afetividade e as identidades femininas

Tratar do envolvimento da mulher no tráfico de drogas e sua relação com as representações sociais que o sujeito carrega consigo acerca de sua identidade no contexto do amor significa adentrar num universo simbólico tipicamente feminino, permeado por idéias que não são exclusivas da mulher traficante de drogas, mas fazem parte da construção social da categoria *mulheres*, como resultado daquilo que elas apreenderam ao longo de sua trajetória histórica. Como tivemos por proposta o estudo das práticas femininas relacionadas às drogas a partir da sua ligação com um sujeito masculino – marido, namorado, companheiro, irmão –, inserimos nossa pesquisa no campo de estudos de gênero, cuja posição, no universo das Ciências Sociais, exige certo cuidado, sob pena de se repetir o equívoco do sexismo no estudo das relações entre masculino e feminino.



Na busca do equilíbrio entre a excessiva valorização do aspecto biológico e a consideração de aspectos exclusivamente socioculturais para a conceituação de gênero, trabalhamos com a perspectiva de que o gênero é uma categoria mista que envolve diversos aspectos que justificam a existência de estudos referentes à relação mulher-homem, no mesmo patamar de estudos de raça e de classe, por exemplo. Para tanto, tomamos por referência o conceito de gênero proposto por Joan Scott: uma categoria mista, verdadeiro elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e capaz de dar significado às relações de poder (Scott, 1995: 86).

A concepção de gênero como categoria mista permite uma leitura da realidade que ultrapassa o sexismo e, portanto, o determinismo biológico, e alcança a idéia da construção social da identidade dos sujeitos nas relações sociais, nos mais variados campos de expressão de poder. Scott, reconhecendo que na sua utilização recente mais simples, a expressão “gênero” é usada como sinônimo de “mulheres”, afirma que o uso do termo gênero visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, uma vez que “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (cf. Scott, 1995). Para Scott, *“O termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”* (Scott, 1990:75).

Portanto, todo estudo de gênero implica, necessariamente, um estudo da identidade dos sujeitos feminino e masculino. De fato, um estudo como o que realizamos – que teve por escopo compreender o universo representacional feminino no contexto de suas relações afetivas e sua conseqüente relação com as práticas ilícitas ligadas às drogas – não pôde deixar de ter por referencial de construção da identidade feminina o outro masculino – o homem traficante. Ou seja, é no contexto das relações sociais com o homem traficante e a partir das representações sociais que formulam acerca do papel feminino na relação afetiva que as mulheres traficantes justificam suas práticas relacionadas ao crime, mais precisamente ao tráfico de drogas, ainda que esse envolvimento seja esporádico ou relacionado ao uso da droga. De fato, a submissão feminina ao homem nas relações de afeto pode ocorrer tanto dentro do casamento ou nas suas formas assemelhadas – união estável, por exemplo – como num namoro sem grandes compromissos.

Partindo da perspectiva das questões de gênero historicamente estabelecidas, questionamos como a mulher traficante de drogas se posiciona enquanto sujeito e quais as implicações da compreensão de sua própria identidade dentro do universo representacional em que vive. Pretendemos demonstrar que no contexto de *sujeição* do feminino ao masculino, a mulher traficante passa a conceber a sua própria identidade a partir do outro com o qual se relaciona afetivamente, de modo que até mesmo práticas ilícitas passam a povoar o seu cotidiano.

Para compreender como e por que a dominação masculina ainda é uma realidade contemporânea que se expressa nas mais variadas dimensões da convivência humana, é necessário considerar as práticas de consentimento feminino às representações dominantes. Em outras palavras, entendemos que a dominação do masculino sobre o feminino é fruto da aceitação das próprias mulheres – ainda que não direta, nem tampouco conscientemente – de práticas de sujeição reveladas nos seus discursos, que, por sua vez, são formados a partir de conteúdos ideológicos que estabelecem os papéis da mulher e do homem na sociedade e, mais especificamente, nas relações de afeto.

Por outro lado, não se pode ignorar a importância da historicização dos estudos de gênero e, portanto, a necessidade de se rejeitar concepções que partem da idéia de um caráter fixo e permanente das relações entre o masculino e o feminino. Assim, uma das formas de apreender o conteúdo ideológico que contribui para a construção de representações sociais acerca dos papéis do homem e da mulher na relação afetiva é a compreensão do universo simbólico revelado nos discursos masculinos e femininos, sempre formados a partir de aspectos ideológicos da cultura do momento histórico específico. O discurso, assim, é um dos campos dentro dos quais são formadas as práticas de dominação do masculino sobre o



feminino, gerando uma verdadeira divisão social de papéis através da percepção, do pensamento e de práticas sociais, de modo a unir estruturas objetivas e a subjetividade:

Se esta divisão parece estar “na ordem das coisas”, como se diz algumas vezes para falar daquilo que é normal, natural, a ponto de ser inevitável, é porque ela está presente, em estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, nos *habitus*, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1995: 137).

Para Bourdieu, o *habitus* é um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo em um determinado campo social, tornando possível a própria reprodução social. “O *habitus* é esse princípio gerador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolha de pessoas, de bens, de práticas” (Bourdieu, 1996: 21/22). Nessa qualidade, os *habitus* são inerentes a um sistema histórico de relações sociais que transcendem o indivíduo e garantem identidade ao corpo social. Por isso, o *habitus* torna-se uma espécie de *senso prático* daquilo que deve ser feito diante de determinada situação (cf. Bourdieu, 1996).

As categorias de visão e de divisão de que trata Bourdieu tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem, ou seja, signos distintivos. Assim, muitas sociedades representam espaços sociais cujas estruturas de diferenças entre o masculino e o feminino passam a ser ditas como naturais, evidentes, inelutáveis (Bourdieu, 1995, 137). É por isso que Bourdieu compreende a dominação masculina como uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 1995: 142).

Portanto, a naturalização da dominação do masculino sobre o feminino faz parte de um processo ideológico que contribui para a construção das representações sociais acerca da identidade dos sujeitos e seus papéis e, conseqüentemente, das práticas sociais. Na qualidade de processo ideológico, a violência simbólica faz parte do contexto histórico e cultural dos sujeitos envolvidos:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. O essencial é identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural” e biológica a divisão social dos papéis e das funções (Soihet, 1997: 71/72).

Para Bourdieu, a dominação masculina é uma expressão de poder que comporta uma dimensão simbólica na qual o pólo dominado da relação – a mulher – submete-se a uma forma de adesão que não é fruto de uma decisão deliberada ou de consciências esclarecidas, mas sim da submissão de corpos socializados (Bourdieu, 1995: 142). Por conseguinte, a divisão sexual dos papéis na sociedade está permeada por um conteúdo ideológico cuja naturalização está revelada nos próprios discursos dos atores sociais.

As relações de poder das quais trata Bourdieu estão diretamente ligadas à construção das identidades dos atores sociais. Suas práticas são resultado das representações que constroem acerca de si mesmos em relação ao meio social em que vivem e, portanto, às pessoas com as quais se relacionam. Portanto, se a identidade feminina é uma construção que se dá a partir do outro com quem se relaciona – seja companheiro, marido, filhos –, não devemos falar em identidade, mas em identidades múltiplas, frutos de diversificados referenciais.



Para Stuart Hall (2004), o conceito de identidade não é conclusivo, em virtude de sua complexidade e dado ao fato de ser pouco desenvolvido e compreendido nas Ciências Sociais. Identifica, então, três expressões conceituais de identidade na história social, que revelam diferentes fases de desenvolvimento da humanidade: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno (cf. Hall, 2004).

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (Hall, 2004: 10/11).

Essa concepção, segundo Hall, era demasiadamente individualista do sujeito do Iluminismo e de sua identidade, sujeito esse descrito, sobretudo, no masculino (Hall, 2004: 11). Na concepção de construção de identidades típica do Iluminismo, Hall vislumbra aspectos de uma cisão entre o masculino e o feminino que estudamos ainda hoje, nas sociedades contemporâneas, sem deixar de observar a prevalência do masculino na formação das identidades (cf. Hall, 2004). Por outro viés, porém, é concebido o sujeito sociológico:

A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo, mas era formado na relação “com outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava (Hall, 2004: 11).

A partir da idéia de um sujeito sociológico nasce a clássica concepção interativa da identidade e do “eu”, que tem no interacionismo simbólico forte referencial teórico para a compreensão da construção dessa identidade, formada através da interação entre o “eu” e a sociedade. *“O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”* (Hall, 2004: 11). Para Hall, no entanto, essa forma de identidade amarra o sujeito à estrutura, estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais por eles habitados, tornando-os unificados e predizíveis (Hall, 2004: 12).

A concepção de um sujeito sociológico, segundo Hall, passa por um processo de mudança, pois o sujeito, outrora unificado e estável, mostra-se agora fragmentado, *“composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”* (Hall, 2004: 12). Trata-se do sujeito pós-moderno, cuja identidade não é fixa, essencial ou permanente, mas, sim, transformada continuamente, de acordo com os sistemas culturais nos quais está envolvido (Hall, 2004:13).

Na dinâmica peculiar às relações sociais culturalmente constituídas, a construção da identidade está sempre incompleta e em andamento, sendo continuamente formada a partir da interação do sujeito com o mundo cultural exterior. Portanto, a construção da identidade se dá, ao mesmo tempo, social e individualmente, de modo que componentes sociológicos e psicológicos se articulem (cf. Hall, 2004). Mesmo integrando-se em diferentes grupos sociais, de modo a assumir diferentes identidades coletivas, os indivíduos tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se enquanto sujeitos, ou seja, atores sociais:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de



modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 1998, 13).

Portanto, o sujeito pós-moderno tem múltiplas identidades, que são construídas no contexto de suas trocas simbólicas, ou seja, de acordo com a interação com o meio sociocultural em que vive. É essa concepção que aponta para a multiplicidade de identidades do sujeito que adotamos para o nosso trabalho.

Muitas das mulheres traficantes, apesar de conscientes de que o seu ato representa transgressão à norma penal e sabedoras do repúdio social sobre a figura do traficante, não se reconhecem como criminosas, pois, para elas, as identidades relacionadas à vida doméstica – mãe, companheira, filha – sobrepõem-se àquelas que dizem respeito à sua condição de traficante. De fato, na visão das mulheres traficantes, suas múltiplas identidades não estão dissociadas no cotidiano, conforme se observa do discurso de uma das mulheres entrevistadas:

A cadeia é ruim, ela é ruim, mas também ensina muita coisa. Não aprende quem não quer. Eu aprendi a verdade: eu perdi minha liberdade, perdi de estar junto com meus filhos, minha filha foi mocinha e eu não estava lá para ensinar a ela, meu filho está com quatorze anos. Perdi de estar junto da minha Vó, cuidando dela (...) perdi muita coisa, não perdi não? Perdi de estar junto da minha família. O que foi que a droga me deu? Nada! (...) Quando eu sair daqui Deus vai me ajudar (...) tenho fé em Deus².

A fala revela que a reeducanda, não negando seu envolvimento com drogas e, portanto, sua identidade perante o tráfico, também aponta para suas identidades no contexto de sua família – mãe, neta – e que a privação oriunda da condenação ao cárcere não recaiu somente sobre a sua liberdade, mas privou-a do exercício dessas identidades e, portanto, dos papéis mais comuns do seu cotidiano. Situações como essa sugerem que os vínculos afetivos são os mais importantes na vida da mulher traficante, de tal modo a gerar nela um sentimento de perda e privação muito significativo diante da impossibilidade de estar presente em momentos importantes da vida dos filhos, por exemplo.

3. Afeto e práticas femininas no tráfico de drogas

A afetividade é uma dimensão inegável da condição humana. Na esteira do pensamento de Hannah Arendt (2005: 17), entendemos que ser humano é fortemente condicionado, em todos os aspectos da sua existência:

Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou que entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isso que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados (Arendt, 2005: 17).

O condicionamento humano ao afeto, nesse sentido, não surge como algo naturalmente determinado, mas compõe a construção histórica das subjetividades, passando a figurar de maneiras diferenciadas nos universos representacionais masculino e feminino. Afastando toda expressão de determinismo biológico, carente de quaisquer comprovações concludentes, entendemos que é na construção cultural que se encontram as raízes da dicotomia masculino/feminino, manifestada de maneiras diferentes nos diversos agrupamentos culturais ao longo do tempo. Nesse sentido, o Ocidente foi



historicamente marcado por um verdadeiro modelo de amor-paixão, que Lipovetsky (2000) chama de *invenção ocidental do amor*. Para ele, o caráter imperecível do ideal amoroso não foi abalado pelas transformações sociais revolucionárias que ocorreram ao longo do século XX, a exemplo do próprio feminismo:

Nenhuma ilusão: mesmo na exaltação do período contestador, as mulheres jamais renunciaram aos sonhos do amor. O discurso sentimental se tornou eufemístico, não as expectativas e os valores amorosos. O novo ceticismo em relação à retórica romântica e a sexualização dos discursos não corresponderam ao recuo das esperanças amorosas mas à rejeição das convenções “falsas”, bem como à promoção dos valores de proximidade e de intimidade, à intensificação da necessidade de uma comunicação mais autêntica (Lipovetsky, 2000: 28).

De fato, o culto feminino ao amor, ainda no contexto da contemporaneidade, subsiste como uma realidade cultural, figurando como elemento formador de representações sociais. Ainda que as mulheres participem ativamente do mercado de trabalho, adquirindo autonomia profissional e financeira, lutando pela igualdade e rompendo com a forte tradição de permanência no espaço doméstico, suas concepções acerca do amor e suas expectativas amorosas são bem diferentes daquelas vividas pelos homens. A mulher age em nome do afeto, na medida em que suas práticas estão diretamente relacionadas a sua identidade na relação afetiva. Por isso, as práticas sociais femininas no contexto do tráfico de drogas, não têm os mesmos fundamentos representacionais que as práticas masculinas, notadamente justificadas a partir de aspectos financeiros e da necessidade do homem de se firmar como sujeito em determinado grupo social.

Gilles Lipovetsky (2000), reconhecendo as mudanças pelas quais passou a “cultura amorosa” ao longo da história, defende o caráter imperecível do ideal amoroso, não abalado pelas mutações sociais de cunho revolucionário – marcadamente o feminismo e suas ramificações em todo o mundo –, de modo a desenvolver-se em torno de aspirações mais estáveis que oscilantes. Isso diz respeito, sobretudo, à compreensão de que o amor deve ser desinteressado, exterior aos cálculos de interesses financeiros, sociais ou matrimoniais, fiel e exclusivista, além de pautado pela reciprocidade (Lipovetsky, 2000: 20). Por outro lado, afirma o autor: “*Paralelamente a essa continuidade dos ideais, a cultura amorosa jamais deixou de se construir segundo uma lógica social invariante: a da dessemelhança dos papéis dos homens e das mulheres*” (Lipovetsky, 2000: 20).

A definição de papéis nas relações sociais de gênero está diretamente ligada às próprias identidades historicamente constituídas e que passam de geração a geração, formando, no senso comum, modelos de comportamento no interior das relações afetivas.

As visões tradicionais da mulher como ser de excesso e de desmedida, assim como as ideologias modernas que se recusam a considerar a mulher como um indivíduo autônomo vivendo para e por si mesmo, contribuíram para conjugar estreitamente identidade feminina e vocação para o amor (Lipovetsky, 2000: 24).

Lipovetsky considera que essa visão do amor, que enseja verdadeiro investimento feminino em busca da felicidade e da realização íntima, é uma expressão do universo individualista moderno, traduzido, ao longo dos anos, pela própria literatura (cf. Lipovetsky, 2000).

Os estereótipos do romantismo sentimental, os clichês do amor à primeira vista, as cenas de castos abraços, de suspiros e olhares inflamados, os



sonhos do homem carinhoso e rico se tornaram no século XX uma evasão e um consumo feminino de massa. Com isso, generalizou-se uma sentimentalidade açucarada, assim como uma ideologia que identifica felicidade feminina e realização amorosa (Lipovetsky, 2000: 26/27).

Essas concepções acerca do amor passam por momentos de grande contestação, sobretudo nos anos 60, quando os movimentos feministas propõem o deslocamento da sentimentalidade para a sexualidade. Lipovetsky entende, porém, que nem mesmo a exaltação do período contestador conseguiu afastar da mulher os sonhos de amor (Lipovetsky, 2000: 28). É como se a mulher amasse o amor, de modo a cultivar uma fidelidade à tradição passional do feminino, que tem como pressuposto a renúncia de si.

De fato, ainda que as mulheres lutem pela autonomia profissional e financeira, na busca pela igualdade com os homens, fugindo da destinação ao lar, sua forma de pensar o amor e suas expectativas amorosas não são semelhantes àquelas vividas pelos homens. As representações sociais que criam acerca do amor e dos papéis que devem desempenhar em virtude do lugar que ocupam nas relações amorosas são resultado das trocas simbólicas ocorridas no contexto social em que vivem, tornando-se determinantes para as suas práticas sociais.

Com o intuito de compreender os papéis sociais do homem e da mulher a partir daquilo que se entende por amor, Anthony Giddens (1993) procura distinguir o que chama de *amour passion* e amor romântico, apontando este segundo como sendo a forma de expressão afetiva mais relacionada ao ambiente familiar e doméstico e, portanto, feminino. O *amour passion*, para Giddens, é aquele atribuído sobretudo ao homem, diante da histórica liberdade sexual que lhe foi conferida culturalmente:

Embora o uso secular da palavra “paixão” – distinto de sua utilização mais antiga, significando paixão religiosa – seja relativamente moderno, faz sentido considerar-se o amor apaixonado, *amour passion*, como a expressão de uma conexão genérica entre o amor e a ligação sexual. O amor apaixonado é marcado por uma urgência que o coloca à parte das rotinas da vida cotidiana, com a qual, na verdade, ele tende a se conflitar (Giddens, 1993: 48).

Como o homem não participa diretamente da rotina cotidiana, mas, ao contrário, busca o sustento da família fora do lar, é ele quem tem o poder de experimentar outras formas de amor, que não aquela destinada à procriação e à perpetuação da família, modelo criado para fins econômicos.

Diferente é o amor romântico – expressão totalmente distinta da forma passional de amar –, nascido da própria idéia de *romance* que surge no século XIX, e que, de acordo com Giddens, está diretamente relacionado ao casamento e, portanto, à vida cotidiana:

O surgimento da idéia do amor romântico tem de ser compreendido em relação a vários conjuntos de influências que afetam as mulheres a partir do final do século XVIII. Um deles foi a criação do lar, já referido. Um segundo foi a modificação nas relações entre pais e filhos; um terceiro, o que alguns chamaram de “invenção da maternidade”. No que diz respeito à situação das mulheres, todos eles estavam muito intimamente integrados (Giddens, 1993:52/53).



As influências de que trata Giddens compõem, de fato, o universo doméstico que passou a ser referencial do amor feminino e que teve conseqüências, também, na diferenciação culturalmente estabelecida entre a sexualidade feminina e a sexualidade masculina. “As idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior”(Giddens, 1993: 54). Portanto, o amor romântico passa a ser identificado como o amor tipicamente feminino.

Sendo o lar o lugar destinado à mulher, sua identidade passou a estar diretamente relacionada ao papel social que ocupava naquele espaço e que, na qualidade de exclusivamente doméstico, a retirava de qualquer forma de participação na atividade política, cuja titularidade era exclusivamente masculina. A mulher, como responsável pela organização e administração do lar, pela educação dos filhos e pelo bem-estar do marido, passa a ter no universo doméstico o seu único campo de atuação, pelo qual deve dedicar a sua vida. Isso decorre do fato de que as idéias propagadas acerca do amor romântico, segundo Giddens, estavam relacionadas com as transições importantes que afetaram diretamente o casamento:

O amor romântico presume algum grau de autoquestionamento. Como eu me sinto com relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? Será que os nossos sentimentos são “profundos” o bastante para suportar um envolvimento prolongado? Diferente do *amour passion*, que extirpa de modo irregular, o amor romântico desliga o indivíduo de situações sociais mais amplas de uma maneira diferente. Proporciona uma trajetória de vida prolongada, orientada para um futuro previsto, mas maleável; e cria uma “história compartilhada” que ajuda a separar o relacionamento conjugal de outros aspectos da organização familiar, conferindo-lhe uma prioridade especial (Giddens, 1993: 56).

A idéia de uma “história compartilhada” põe o amor romântico não apenas no campo da intimidade, mas, sobretudo, no campo da construção da identidade:

O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro (Giddens, 1993: 56).

Para a mulher, essa idéia de incompletude – resquícios da noção de “amor platônico” – é ainda mais densamente reproduzida no senso comum, diante da cultura de supremacia do masculino sobre o feminino, o que se observa, sobretudo, através da “necessidade do casamento” como algo que traz um sentido à vida da mulher. É como se o fato de estar vivendo ao lado de um homem concedesse à mulher a identidade ideal, sobretudo quando diante de um relacionamento afetivo como o casamento ou suas modalidades assemelhadas.

Simone de Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1980: 9). Ou seja, a identidade feminina é algo construído socialmente a partir de parâmetros culturais, inclusive relacionados com uma determinada idéia de sexualidade reduzida ao papel de reprodução. Portanto, a mulher passa a existir a partir do outro, que é o homem, o que por si só enseja uma idéia de complemento.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim torna-se mulher, decorre de que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e a significações (Butler, 2003:58/59).



Como a mulher não tem identidade própria, mas a constrói a partir do outro, é na diferença que se estabelece a identidade do sujeito feminino. De fato, todo sujeito é formado por uma série de identidades que podem estar relacionadas entre si ou, ao contrário, podem mostrar-se contraditórias (cf. Hall, 1999). No caso das mulheres traficantes de drogas, a identidade de mãe é reconhecida quando a mulher tem um filho ou o adota, a identidade de mulher – aqui no sentido de esposa ou companheira – quando elas se relacionam afetivamente com um homem, e a identidade de traficante por força das determinações da norma jurídica aplicada no ato da condenação ou antes mesmo, quando da prisão.

A idéia da identidade afetiva submetida ao outro já era traduzida na própria literatura moderna, cujos romances relatavam provas de amor incondicional por parte das mulheres, povoando o imaginário feminino desde a infância, a exemplo de *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, cuja personagem feminina, pensando que seu amado estava morto, põe fim à própria vida, o que representa a idéia de que a vida da mulher não faz sentido sem a existência do homem que ama. Além disso, mitos de “príncipe encantado” e “casamento feliz”, dentre outros, impõem um modelo específico para as relações, nas quais a mulher tem sempre que ser a sacrificada em nome do relacionamento afetivo.

Essa concepção de vida que está presente na formação ideológica feminina também aparece nas concepções de amor e casamento que têm as mulheres traficantes. Para a reeducanda Lis, que viveu um casamento de 23 anos com o mesmo homem, e que foi presa junto com ele quando a polícia flagrou certa quantidade de maconha na casa em que moravam, *“todas as mulheres sonham casar com um marido ideal, mas não para sofrer. Eu não tive sorte”*. Essa fala parece demonstrar uma forma de pensar generalizante que povoa o imaginário feminino e que envolve um parâmetro de felicidade – contrário ao sofrimento vivido pela autora desse discurso – que consiste em encontrar um determinado modelo de marido, que ela define como “ideal”. Lis relata uma vida de sofrimentos e ameaças de violência física e moral efetivadas pelo marido contra ela e os filhos, de modo que se sente uma desafortunada pelo perfil do seu marido. E afirma: *“Quando as pessoas se amam, o casamento é muito bom, um tá ajudando o outro quando precisa. No meu caso, só fiz sofrer”*. Para ela, o amor e o casamento, porém, fazem parte dos sonhos de qualquer mulher.

A mídia, especialmente através das telenovelas, tornou-se um espaço onde a identidade feminina e a subjetividade são trabalhadas, contribuindo para a solidificação dessas idéias no senso comum. De fato, a ideologia influencia na formação da identidade do sujeito e de sua consciência individual no contexto das relações sociais e também dentro de um universo de práticas afetivas. Assim, as múltiplas identidades que povoam as vidas das mulheres estão sempre inseridas nas estruturas simbólicas da vida social e da divisão social de tarefas nas relações de afeto.

Construindo-se a partir dessas idéias, as relações afetivas tendem a ser permeadas por situações em que a mulher, compreendendo-se como um complemento do homem e responsável pela harmonia do lar, procura dar constantes provas de amor e de fidelidade, que podem ser exteriorizadas em gestos simples – como um corte de cabelo ou um tipo de roupa que agrada o marido ou companheiro – ou, o que é objeto do nosso estudo, no envolvimento num delito.

Embora tenhamos percebido essa realidade através das entrevistas realizadas com as mulheres presas em Alagoas, não afirmamos que esse é o perfil da mulher brasileira, pois não deixamos de considerar focos de resistência historicamente construídos e que culminaram com a inserção, na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, do chamado princípio da igualdade, que visa igualar homens e mulheres em direitos e obrigações.

É histórica a busca de uma identidade feminina própria, principalmente no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho e ao fim do processo de reificação da imagem da mulher. Todavia, nosso estudo demonstrou que, na realidade analisada, representações sociais que reproduzem o papel feminino nas relações afetivas – desde os casamentos oficiais até os namoros não duradouros –



influenciaram sobremaneira para que essas mulheres se envolvessem com a droga, sendo presas por tráfico.

3. Considerações finais

A pesquisa realizada nos permitiu concluir que, apesar da aparente homogeneidade de condutas que levam as mulheres à prisão por tráfico, é na peculiaridade das histórias de vida e das representações sociais que povoam a realidade de cada uma dessas mulheres que se encontram os motivos para o envolvimento com drogas. Trata-se, portanto, de um estudo pautado pelas diferenças típicas das questões relacionadas à subjetividade.

Embora aparentemente haja certo antagonismo entre as múltiplas identidades das mulheres que estudamos – mães, esposas, filhas, irmãs, trabalhadoras e traficantes de drogas, dentre outras –, verificamos que essa realidade é mais comum do que se pensa. Ao contrário das representações sociais que vigoram no senso comum e que são resultado da força estigmatizante da norma penal, as mulheres entrevistadas não aparentam periculosidade e nem sempre vivem cotidianamente para o crime. São, de fato, mães, filhas e companheiras amorosas e dedicadas que apresentam as mesmas características das demais mulheres: enfeitam-se para aguardar os maridos nos dias de visita no presídio, preocupam-se com a saúde e a segurança dos filhos e fazem planos para o futuro. Portanto, antes de traficantes elas são, de fato, mulheres.

Sobre o amor e a afetividade na vida dessas mulheres, nosso estudo confirma a hipótese que sustentamos: os significados e sentidos que elas atribuem ao amor e ao papel que devem desempenhar no contexto das relações de afeto são construídos a partir de práticas interacionais ao longo de suas vidas, e levam-nas a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela cultura de submissão da mulher ao homem. Como suas práticas são referenciadas por essas representações, elas tendem a agir em nome desse afeto. Portanto, verificamos que há, de fato, estreita ligação entre o amor e as práticas femininas relacionadas às drogas.

Muito embora tenhamos verificado que o envolvimento afetivo com homens surge como característica comum nos relatos das mulheres presas por tráfico, entendemos que é na esfera das diferenças que se estabelecem as relações de gênero nesse contexto, porque cada sujeito traz, em sua história de vida, uma realidade vivida, sobre a qual se estabelecem sentidos, significados e motivações muito peculiares para as suas práticas sociais. Isso significa que não podemos generalizar a ação humana, mesmo que ela corresponda a referenciais normativos e formais muito específicos, a exemplo do Direito. As mulheres que entrevistamos estão presas por tráfico de drogas e, portanto, são identificadas legalmente como traficantes, como se suas ações relacionadas às drogas fossem semelhantes e homogêneas. No entanto, não somente suas realidades são muito distintas, mas o contexto do envolvimento com as drogas também é diferenciado.

Com a experiência da prisão, o olhar que depositam sobre tudo o que aconteceu em suas vidas já não é o mesmo. As representações que tinham acerca das experiências afetivas vividas e que influenciavam suas condutas parecem transformar-se diante de uma nova realidade que se estabelece. Elas não pensam o amor da mesma forma que o faziam outrora. Muitas se mostram desiludidas com o amor, outras querem distância daqueles homens que as levaram à prisão, e outras, ao contrário, reforçam o sentimento pelo homem que amam. De fato, diversas foram as causas que levaram essas mulheres à prisão por tráfico de drogas, mas diversas são, também, as expectativas que guardam acerca do futuro. Essas mulheres não compartilham uma realidade unificada. Elas são sujeitos e, nessa qualidade, são singularidades cujas vidas compõem histórias que ainda estão em construção.



Referências

- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GIDDENS, Antony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed.; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo, Companhia das Letras: 2000.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e realidade, vol. 20, n.2, jul/dez, Porto Alegre, 1995.

¹ Este texto é fruto do estudo realizado para a Dissertação de Mestrado, defendida em setembro de 2005, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, no Brasil. A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foi desenvolvida no Complexo Penitenciário do Estado de Alagoas, onde foram realizadas as entrevistas.

² Fala da reeducanda Flora. Utilizamos nomes fictícios para fazer referência aos discursos das mulheres entrevistadas. “Reeducanda” é o termo utilizado no Sistema Prisional alagoano para identificar as mulheres presas e que utilizamos na nossa pesquisa apenas como uma referência.